

Uma experiência de pesquisa-ação em matéria de crédito agrícola em Massaroca

Pedro Carlos Gama da Silva

Produzir, validar ou difundir inovações só tem sentido se os agricultores interessados têm os meios materiais para colocá-los em prática. Um dos primeiros pedidos realizados pelas organizações de produtores e dos serviços de desenvolvimento diz respeito ao financiamento da produção. Ora, o crédito agrícola oficial se revela freqüentemente inacessível e inadaptado às unidades de produção familiar da Região Semi-Árida do Nordeste. Principal instrumento da conservadora política de modernização da agricultura brasileira implantada em meados dos anos 60, o crédito agrícola acarretou, ao mesmo tempo, a concentração dos investimentos e a exclusão da maioria dos agricultores (Delgado, 1995). Também destacou a diferença entre as regiões. No Nordeste, contribuiu para uma diferenciação crescente entre uma minoria de produtores, irrigantes e grandes pecuaristas ditos modernos, subsidiados, às vezes superprotegidos ou superequipados, e a massa dos agricultores familiares.

Os anos 80 e o início dos anos 90 mostraram, entretanto, os limites dessas operações de crédito, sobretudo para a agricultura

28817
.....

empresarial. A situação tornou-se mais complexa em um contexto de liberalização da economia. Passa-se de um período de recursos financeiros abundantes, de crédito fácil e amplamente subsidiado, para uma fase de rarefação dos financiamentos e de aplicação de taxas de juros reais. A análise crítica de um modelo único e inadaptado levou a tentativas de reformulação. Vários organismos, em diversos lugares, propuseram outras formas de crédito agropecuário, principalmente de fundos rotativos. Entre essas experiências, podemos citar o Grameen Bank do Bangladesh (Nowak, 1988), o projeto de promoção do pequeno crédito rural em Burkina (Ellsasser, 1991) e o projeto Cresol da Associação de Estudos, de Orientação e de Assistência Técnica – Assesoar –, do sudeste do Paraná (Lannoy, 1990).

No caso de Massaroca, no sertão da Bahia, a experimentação de uma nova modalidade de crédito foi concebida como um instrumento de transformação técnica, econômica e social a serviço de um projeto de desenvolvimento local. A proposta é inicialmente experimentada em escala local. Ela se baseia no diagnóstico participativo dos sistemas de produção, no qual a criação caprina representa sistematicamente um papel maior (ver capítulo *Dinâmica dos sistemas de criação*). Trata-se, então, de testar, em condições reais, um sistema de financiamento adaptado às especificidades das unidades de produção familiar das nove comunidades da região, reunidas no Comitê das Associações Agropastoris de Massaroca – CAAM (ver capítulo *Mudanças sociais, organização dos produtores e intervenção externa*).

Após a apresentação da démarche de pesquisa-ação adotada em Massaroca, este capítulo relata os principais resultados dessa experiência avaliados em termos de investimentos produtivos e de evolução dos sistemas produtivos e das condições de vida das famílias. Além disso, ele analisa as conseqüências da organização dos agricultores e da adoção de regras institucionais melhor adaptadas para o acesso ao crédito rural por parte dos produtores familiares.

Um enfoque de pesquisa-ação

O sistema de financiamento de Massaroca é implantado no contexto de um enfoque de pesquisa-ação com os produtores

familiares, coordenada pela Embrapa Semi-Árido e pelo Cirad. Os estudos e as experiências fazem parte de um projeto de desenvolvimento local, considerado como um processo de transformação controlado por seus beneficiários. As intervenções são realizadas nas unidades de produção familiar, nas comunidades rurais locais e suas organizações profissionais, como o CAAM. A implantação de um sistema de financiamento agropecuário nasce da constatação que a fraca capacidade de investimentos dos produtores limita a adoção de novas técnicas e a evolução dos sistemas de produção. Em Massaroca, o estudo dos sistemas agrários e dos fatores que condicionam sua evolução (contexto econômico, organização de produtores, suporte técnico, etc.) é realizado dentro do processo de ação, isto é, por meio da experimentação de inovações e da avaliação do seu impacto. Não se trata de provocar uma mudança introduzindo técnicas supostamente mais eficazes, mas de criar referências a fim de que os produtores possam tomar novas decisões. Esse processo passa, entre outros pontos, pela produção e difusão de informações técnicas, econômicas e sociais precisas e pertinentes, elaboradas a partir da compreensão dos mecanismos de desenvolvimento local e das estratégias dos atores.

De modo geral, o enfoque de pesquisa-ação do Projeto de Massaroca propõe alimentar os processos de tomada de decisão individual, por parte dos produtores, e coletiva, por parte das associações, do comitê e de seus parceiros institucionais. Do mesmo modo, este capítulo mostra como as estratégias de investimento dos agricultores, essenciais para compreender e apoiar a evolução dos sistemas de produção, podem ser estudadas a partir das práticas de financiamento.

Graças ao monitoramento das operações de crédito e dos fluxos financeiros associados, as práticas financeiras dos produtores são analisadas para cada tipo de atividade financiada no contexto do sistema de crédito. Estuda-se, por meio de pesquisas, a origem, o montante, a utilização e as conseqüências dos recursos financeiros mobilizados. Os resultados das operações de crédito são avaliados em termos financeiros, econômicos, técnicos e sociais. A análise das estratégias e dos objetivos dos produtores baseia-se nessa característica das práticas financeiras e em seus resultados. Permite

avaliar a adequação do produto financeiro – o sistema de crédito – às necessidades dos produtores. Os principais objetos desse enfoque – as estratégias e as metas dos produtores – não são, na verdade, fenômenos observáveis por meio de pesquisas e só podem, então, ser analisados a partir do conhecimento das práticas implantadas e de suas conseqüências.²⁷

Características e evolução do sistema de crédito em Massaroca

O sistema de crédito beneficiou-se do financiamento destinado a um projeto de apoio à criação caprina em Massaroca, concedido em 1989²⁸. A organização inicial do sistema prevê a criação de um fundo rotativo controlado e administrado pelos produtores por intermédio do CAAM. O acesso ao crédito passa então por um contrato entre os agricultores e o Comitê, sem exigências de garantia ou de hipoteca. As modalidades de financiamento são estabelecidas a partir das contribuições de diversas outras experiências de pequeno crédito rural. Depois, foram progressivamente modificadas em função de avaliações sucessivas.

Por seu caráter experimental, o sistema passou por vários redirecionamentos das modalidades de financiamento e da estrutura organizacional, de modo a facilitar seu acesso à maioria dos agricultores.

Participação dos produtores

O direito de acesso ao financiamento foi estendido a todos os agricultores e às famílias das comunidades associadas ao CAAM. O recurso financeiro, que pertence aos produtores, é gerido pelo Comitê. As instituições que originaram essa experiência desejavam que os produtores se apropriassem desse instrumento de crédito e

²⁷ As etapas metodológicas monitoradas inspiram-se na proposta de Landais & Deffontaines (1990) e baseiam-se na descrição das práticas dos agricultores para poderem analisar as estratégias que eles planejam e aplicam.

²⁸ O projeto dispunha de 300 mil francos (valores de 1989), financiados pela Caisse des Dépôts et Consignations (instituição financeira) da França e colocados à disposição do Caam pela Fundação para o Equilíbrio e Renovação da Terra – Fert.

que pudessem se beneficiar de um suporte para definir novos projetos. O processo de avaliação e de aprovação dos pedidos de financiamento foi definido e implementado pelo CAAM que, por sua vez, contou com o apoio técnico das instituições parceiras, a Embrapa e o Cirad e, depois, a Associação de Desenvolvimento e Ação Coletiva do Vale do São Francisco – Adac –, uma organização não-governamental.

Inicialmente, todas as decisões relativas ao sistema de financiamento eram tomadas pelos membros da diretoria do CAAM. A partir do terceiro ano de funcionamento, foi criada uma comissão de atribuição de crédito, formada por representantes dos produtores e das associações comunitárias, membros desse Comitê, e por técnicos das instituições que trabalham diretamente no Projeto Massaroca. A comissão passou a participar, então, da gestão do sistema; ela formulava pareceres sobre os pedidos e as operações de financiamento; a decisão final, porém, cabia sempre ao Comitê. O objetivo dessa comissão era descentralizar o processo decisório do CAAM e estender a participação a um maior número de produtores. Tratava-se, também, de melhorar a circulação da informação entre as comunidades e de ajudar o CAAM a adotar medidas que protegessem os interesses coletivos, às vezes em detrimento de benefícios individuais, como no caso das pressões para o reescalonamento da dívida ou a renegociação, a posteriori, das formas de indexação.

Pressão social pelo reembolso

As modalidades de concessão não prevêm garantias para conceder empréstimos. Os acordos são assinados mediante um simples compromisso entre os produtores beneficiados e o CAAM, formalizados por um contrato de empréstimo estipulando as obrigações daquele que o contrai e as condições de financiamento. Esse contrato não tem nenhum valor jurídico e revela-se pouco eficaz. Assim, a partir do segundo ano de funcionamento, um esquema de pressão mútua para o reembolso foi implantado. Foi inspirado por uma experiência realizada em Bangladesh, pelo Grameen Bank, e

em Burkina Faso, por meio de um sistema de aval solidário²⁹. A pressão social ligada à formação de grupos de aval solidário funciona mal. Alguns produtores criam grupos fictícios, com a cumplicidade de seus vizinhos, e o grupo dissolve-se logo após a obtenção do primeiro financiamento. Há, também, a desistência provocada por diversos fatores (desentendimentos, seca, migração) que dificultam a permanência ou a reconstituição dos grupos. Por sua vez, as restrições impostas pelo escalonamento da liberação dos empréstimos não são justificáveis quando o projeto dispõe de recursos em caixa, que não estão sendo utilizados.

Em virtude de tais problemas, o sistema de aval solidário foi progressivamente abandonado a partir do terceiro ano, e uma comissão de atribuição de crédito foi criada. Essa comissão decidiu então adotar sanções e meios de pressão para que o reembolso fosse realizado. Tais medidas vão da cobrança formal pelos correios à exclusão dos beneficiários do sistema de crédito, passando por anúncios públicos nos veículos de comunicação (rádio rural de Juazeiro) ou pela apreensão dos bens financiados. Tal recurso só é usado quando todas as possibilidades de negociação foram esgotadas. Essa forma mostrou-se mais eficaz que a pressão dos grupos de aval solidário, mantendo sempre a autonomia de decisão do CAAM quanto aos técnicos e às instituições externas. A ameaça de sanção nem sempre foi suficiente; ela só passou a ser respeitada a partir do momento em que houve a aplicação da mesma, quer dizer, exclusão de produtores do sistema de crédito.

Acompanhamento técnico-econômico

Durante a implantação do sistema de financiamento, os produtores se beneficiaram de um suporte técnico-econômico por

²⁹ O sistema de pressão social para o reembolso foi experimentado após uma visita do técnico da Adac, que trabalhava com as comunidades de Massaroca, a um pequeno projeto rural em Burkina (Ellsasser, 1991). Os produtores organizam-se em pequenos grupos de 2 a 4 membros e assinam um acordo mútuo, de modo que todos se beneficiem, cada um por sua vez. Os recursos utilizados para financiar a primeira operação do grupo provêm, em sua totalidade, do projeto de crédito. Em seguida, o projeto só fornece as somas destinadas a completar aquelas que provêm dos reembolsos dos produtores. As últimas operações da cadeia de financiamento do grupo, em função dos prazos e das condições de amortização, podem ser totalmente cobertas pelas somas pagas, sem recorrer ao fundo de financiamento do projeto. O bom funcionamento do sistema depende da pressão exercida pelos membros do grupo que esperam financiamento.

parte das instituições locais de pesquisa e desenvolvimento. O acompanhamento das atividades financiadas levou à identificação e à discussão da factibilidade dos projetos ou às diferentes fases da implantação dos empréstimos. O apoio incluiu a elaboração dos orçamentos dos projetos dos agricultores e se estendeu à avaliação das propostas de financiamento e à discussão da organização e da implementação do sistema, no seio da comissão de crédito. Em seguida, esse apoio foi completado pela contratação, por parte do CAAM, de um agente local, oriundo de uma das comunidades, a fim de assegurar o acompanhamento da distribuição de créditos, dos reembolsos e da circulação de informações. A escolha recaiu sobre a filha de um agricultor que conhecia o meio e a realidade local. Essa escolha era ditada, segundo os agricultores, pela necessidade de estabelecer uma relação de confiança entre os sistemas de crédito e os produtores; porém, os responsáveis pelo CAAM supunham que esse agente seria, muito mais que um técnico, submetido a eles, o que no início, foi, sem dúvida, o caso. A experiência provou, entretanto, que a constituição de uma comissão e a presença de um terceiro, o agente local, limitavam as tentativas de manipulação dos dirigentes do Comitê.

Formas e condições gerais de financiamento

O sistema de crédito de Massaroca conhece também mudanças ligadas ao tipo de operação e às modalidades de financiamento. Essa evolução se traduz pela prioridade concedida ao financiamento de certas atividades e por mudanças nas condições de empréstimo (calendário de disponibilidade dos recursos, indexação, prazos, períodos de carência). Os primeiros projetos são essencialmente voltados para a pecuária (animais de raça selecionada, áreas forrageiras). Em seguida, o âmbito do plano de financiamento se amplia ao crédito de campanha agrícola e depois a atividades diversificadas, inclusive extra-agrícolas.

A atribuição dos empréstimos, inicialmente realizada com o reembolso em parcela única correspondente ao montante, é, em seguida, dividida e escalonada de acordo com o tipo da atividade financiada. O mesmo esquema é utilizado para o reembolso, efetuado a princípio por anuidade e depois em reembolsos de menor valor, porém mais freqüentes (semestral, trimestral, mensal, semanal). Essa

evolução procura ajustar as modalidades de ressarcimento à natureza e frequência das rendas proporcionadas pelas diferentes atividades financiadas, e também às restrições ligadas ao contexto de hiperinflação. No princípio, a preferência é dada a uma indexação não monetária, calculada em equivalente-produtos aos preços do mercado local (carne, leite, pele de caprino, melancia, mamona, etc.), sem juros e sem contar com os custos de gestão e dos riscos do sistema de crédito. Depois, outras formas de indexação são experimentadas, de modo a reduzir a erosão dos recursos financeiros. Finalmente, o parâmetro adotado para a atualização dos valores dos empréstimos é o preço dos principais insumos financiados (arame farpado, hora de locação de trator). São também testados mecanismos de correção monetária por indicadores financeiros da inflação. Juros reais de 1% ao mês são também aplicados, a fim de compensar os custos da gestão, garantir os riscos de não ressarcimento e assegurar a perenidade do sistema.

Financiamento de atividades diversificadas

O financiamento de atividades diversificadas não estava originalmente previsto no projeto e constituiu uma inovação na região. Tratava-se então de ampliar os financiamentos a diversas atividades econômicas, de maneira a permitir aos produtores menos favorecidos ou a outras categorias de atores rurais, como as mulheres e os jovens, o acesso ao crédito. Os empréstimos não estão mais limitados às atividades agropecuárias, mas dizem respeito também à pequena criação, à transformação dos produtos, ao pequeno comércio, ao artesanato, à estocagem de produção.

A prioridade é dada às atividades que oferecem as melhores condições de rentabilidade e um retorno financeiro rápido, de modo a melhorar o caixa da unidade familiar (Fig. 22 e 23). Por exemplo, a renda fornecida pela transformação dos produtos locais, como queijos e geléias, é geralmente mais elevada, com retorno mais rápido do que aquele da agropecuária. O financiamento facilita investimentos essenciais para o desenvolvimento da unidade de produção (construção de cercas, aquisição de animais), compra de insumos, necessidades de consumo doméstico (utensílios domésticos, vestuário, alimentos) ou investimentos sociais (saúde, educação, moradia, lazer). Nesse sentido, esse tipo de crédito pode produzir mais rapidamente efeitos multiplicadores. Procura-se também

acelerar a rotação dos fundos, de modo a aumentar o número dos projetos financiados e dos beneficiários.

Etapas de um processo em evolução

Em Massaroca, a evolução do sistema de crédito segue quatro etapas (1989/1990, 1990/1991, 1991/1992 e 1992/1993) (Tabela 6). Identificadas por períodos determinados, elas se diferenciam pelas orientações adotadas para a organização do sistema de crédito e pelas modalidades de financiamento.

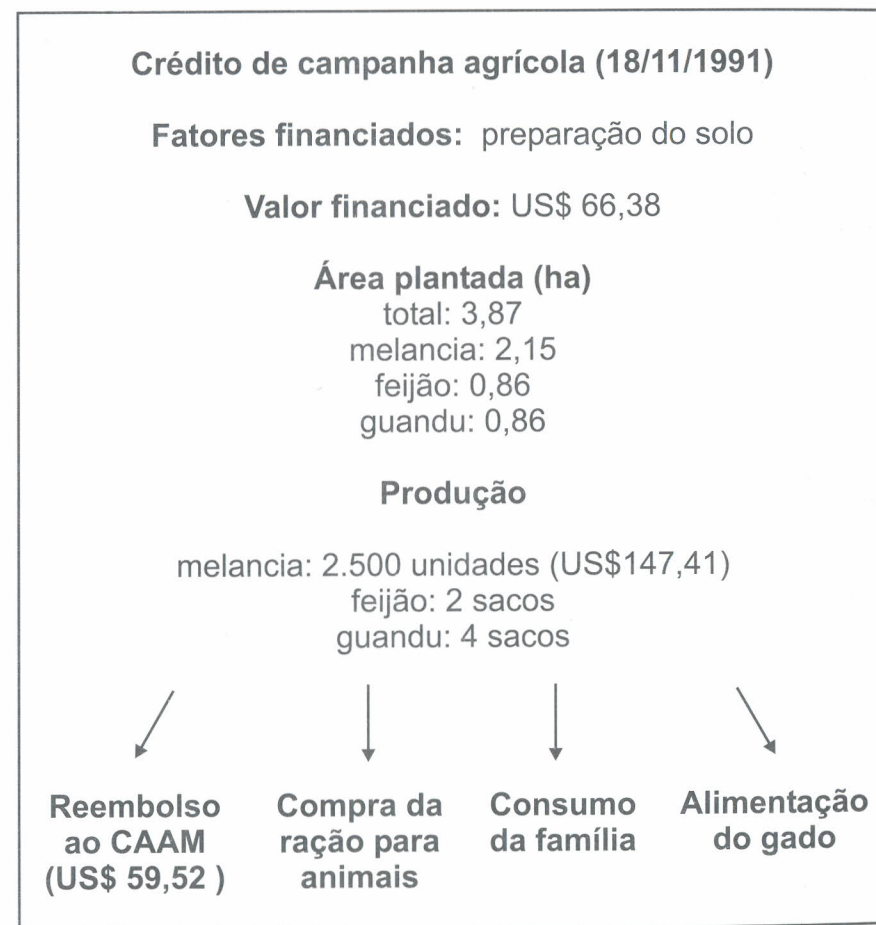


Fig. 22. Esquema de um empréstimo para crédito de campanha agrícola.
Fonte: Silva, 1994.

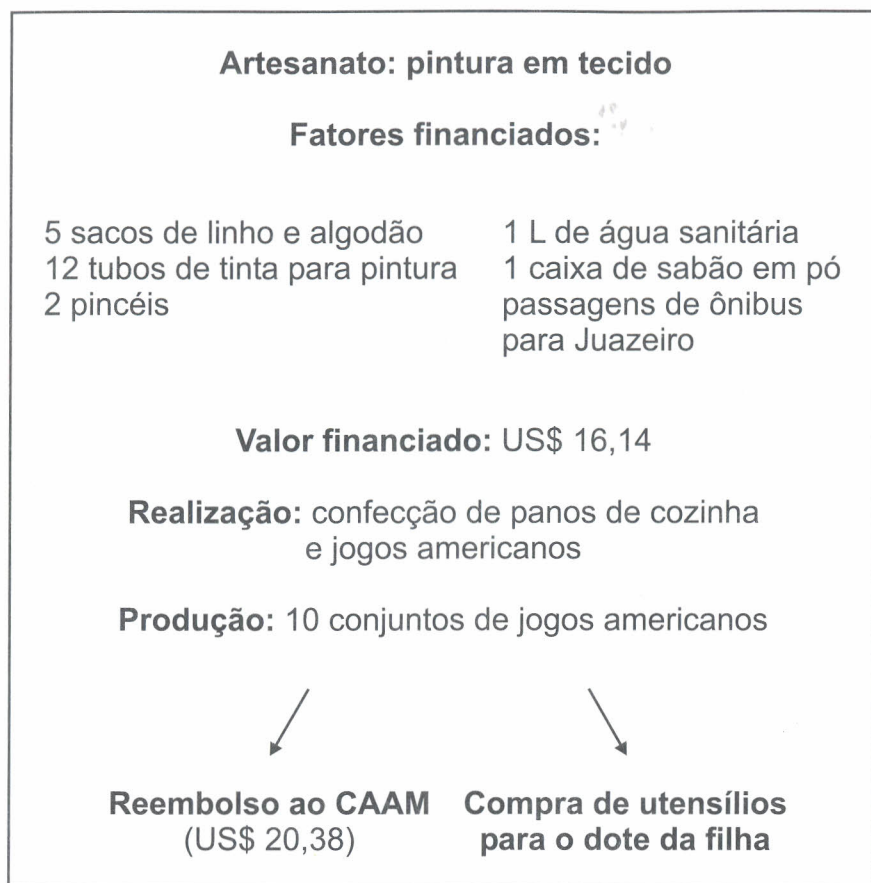


Fig. 23. Esquema de um empréstimo para atividades diversificadas.

Fonte: Silva, 1994.

A terceira etapa (1991/1992) privilegia os empréstimos para atividade diversificadas. Verificou-se que as modalidades de crédito iniciais são particularmente proveitosas para os produtores dos tipos 2 e 3, ditos produtores em equilíbrio e em situação de produzir renda (ver capítulo *Diversidade e trajetórias de evolução das unidades agropecuárias*), em detrimento da categoria dita de sobrevivência, cuja estrutura produtiva é insuficiente para assegurar as necessidades de base das famílias. Consta-se também que as vantagens conquistadas por certas categorias de produtores são adquiridas em detrimento dos recursos do fundo, a princípio destinado ao conjunto das famílias das nove comunidades.

Tabela 6. Operações de crédito entre novembro de 1989 e 1993: número e valores das operações em função das atividades financiadas.

	Primeira etapa (1989/1990)		Segunda etapa (1990/1991)		Terceira etapa (1991/1992)		Quarta etapa (1992/1993)		Total	
	Nº	Valores (US\$)	Nº	Valores (US\$)	Nº	Valores (US\$)	Nº	Valores (US\$)	Nº	Valores (US\$)
Compra de animais	9	1.926	16	3.296	21	2.772	-	-	46	7.995
Parcelas forrageiras	16	7.584	9	5.112	3	944	-	-	28	13.641
Cercas	-	-	-	-	6	1.572	3	342	9	1.914
Crédito de campanha	-	-	24	6.189	17	1.131	16	615	57	7.936
Atividades diversificadas	-	-	-	-	43	5.682	13	1.369	56	7.051
Total	25	9.50	49	14.598	90	12.103	32	2.327	196	38.540

Evolução do sistema de financiamento

Impacto e conseqüências das atividades financiadas

Se os resultados econômicos fossem avaliados de maneira convencional, aplicando o preço de mercado aos insumos produzidos na unidade produtora ou à mão-de-obra familiar, a diferença entre os custos e as receitas obtidas pelas atividades financiadas seria, com muita freqüência, negativa. Segundo tal base de cálculos, a maioria das atividades econômicas não seria considerada rentável. Mas, aqui, nos situamos em um contexto de agricultura familiar. O valor monetário do trabalho dos membros da família e os custos dos insumos produzidos na unidade não são aqueles do mercado.

Nessas condições, constatamos, apesar de tudo, que a rentabilidade das operações de crédito é extremamente variável, em função das condições externas (clima e mercado), do tipo da atividade financiada e do modo pelo qual esta última foi implantada. Os agricultores utilizam e administram seus recursos de crédito combinando-os com aqueles de que eles dispõem (meio de produção, insumos, mão-de-obra, etc.), segundo uma estratégia que não visa unicamente pagar o empréstimo feito, mas também melhor atender aos objetivos da produção. Os fluxos monetários das diversas modalidades de empréstimo explicam as diferentes maneiras de gerir os recursos financeiros. Eles revelam as estratégias, inclusive financeiras, adotadas pelos agricultores a partir das percepções que têm de sua situação e de seus objetivos, em um contexto econômico, técnico, biológico, climático e social particularmente complexo. Essa diversidade das formas de gestão dos financiamentos está estreitamente ligada às lógicas de funcionamento dos sistemas de produção.

Um esforço de síntese permite identificar as atividades financiadas melhor adaptadas a cada tipo de produtor e avaliar os riscos ligados ao uso do crédito. O impacto de uma operação de financiamento externo em cada uma das funções do ciclo de reprodução das unidades produtoras no Nordeste semi-árido depende da situação do produtor (o tipo), da gestão dos recursos financeiros,

da escolha das atividades financiadas e de outros fatores externos e não controláveis, principalmente o clima e o mercado.

Segundo o modo pelo qual esses fatores se combinam, as diferentes modalidades de financiamento favorecem em maior ou menor grau o acúmulo dos meios de produção, a estabilidade e a capacidade de produção ou, ainda, o atendimento das necessidades de consumo das unidades familiares. Algumas dessas modalidades mostram-se mais flexíveis e contribuem assim para várias dessas funções. O papel de cada tipo de financiamento sobre o sistema varia em função da prioridade que os agricultores lhe atribuem. O interesse por uma ou outra modalidade de financiamento é principalmente condicionado pela situação econômica do produtor e por sua capacidade de produção (disponibilidade de meios de produção e de mão-de-obra). É esta que, em última instância, confere a capacidade de assumir os riscos financeiros incorridos. Por isso, nem todas as modalidades de crédito são acessíveis a todas as categorias de produtor.

Financiamentos destinados à aquisição de animais

Os financiamentos destinados à aquisição de animais favorecem a estabilização e o reforço da capacidade de produção, mas acentuam a diferenciação entre os tipos de unidade. Para o tipo de sobrevivência, eles atendem a uma necessidade de aumento do rebanho, enquanto para os tipos em equilíbrio e de produção de renda eles oferecem a possibilidade de melhorar o potencial produtivo dos animais. De fato, esses pecuaristas dispõem de reservas das forragens mais importantes (pastagens e áreas cercadas), que garantem a alimentação do rebanho durante os períodos mais críticos e limitam os riscos de mortalidade dos animais. O potencial genético dos animais melhorados pode manifestar-se plenamente.

Financiamentos de parcelas forrageiras

Os financiamentos de áreas de palma forrageira ou de gramíneas cultivadas, como *Cenchrus ciliaris* e *Pennisetum purpureum*, são muito procurados na região de Massaroca. Esse tipo de investimento contribui para garantir a estabilidade da unidade. Entretanto, a implantação de áreas de forragem exige recursos importantes, para um retorno

financeiro direto muito fraco em curto e médio prazos. Esse investimento é, pois, inacessível aos produtores de sobrevivência, pelo menos nas condições de reembolso impostas pelo projeto. Esses agricultores tentam, às vezes, associar uma cultura de forragem a uma outra de renda, financiada por um crédito de campanha agrícola, como a melancia; mas o risco econômico, em caso de fracasso de uma ou outra das culturas, e mesmo das duas, é considerável. Além do mais, quem diz culturas associadas diz competição entre duas produções para a mão-de-obra, freqüentemente em detrimento das produções indispensáveis às famílias, como o feijão e a mandioca.

Financiamentos para instalar cercas

Os financiamentos para instalar cercas são bastante flexíveis e podem assegurar uma função semelhante àquela das áreas forrageiras. Esse investimento permite implantar culturas, protegendo-as dos animais, e têm uma função essencial para as unidades produtoras do tipo de sobrevivência, especialmente aquelas dos jovens em fase de instalação e que dependem da ajuda dos pais para começar uma produção autônoma. Se não conseguem obter esse financiamento, os jovens devem recorrer ao mercado de trabalho ou migrar para o Sul do País para constituir uma reserva financeira capaz de garantir esse investimento inicial (ver capítulo *Diversidade e trajetórias de evolução das unidade agrícolas*)

Financiamentos de crédito de campanha agrícola

A renda assegurada pelo financiamento das culturas anuais pode contribuir para os investimentos produtivos ou atender às necessidades de consumo da família. A prática da associação entre as culturas de produção de renda e culturas forrageiras em uma mesma área constitui uma vantagem para os produtores dos tipos em equilíbrio e produção de renda, o que garante uma reserva forrageira mesmo no caso de uma fraca produção da cultura produtora de renda. Essa estratégia praticamente não se aplica aos produtores do tipo de sobrevivência, que priorizam a associação de culturas produtoras de renda e cultura de víveres, para prover as necessidades das famílias. Entretanto, nas condições de produção de Massaroca, o crédito de campanha agrícola é uma modalidade

de financiamento arriscada, principalmente para os produtores que não dispõem de recursos que lhes permitam enfrentar uma crise na produção.

Financiamentos de atividades diversificadas

É a modalidade que se mostrou mais flexível e melhor adaptada. Esses financiamentos vêm reforçar as atividades econômicas mais diversas: bordados, comida pronta, pequeno comércio de vestuário, queijo, criação de aves, legumes e hortaliças. Eles consolidam estratégias de complementação da renda e do equilíbrio de caixa. Mesmo que fossem inicialmente destinados a garantir o caixa em uma perspectiva de consumo da família, tais financiamentos também serviriam às estratégias de acúmulo. Essa modalidade se revelou inteiramente adaptada às unidades do tipo de sobrevivência, na medida em que ela permite valorizar seu principal fator de produção, a mão-de-obra.

Lições da experiência

A avaliação do sistema de financiamento de Massaroca e de seu impacto nos sistemas de produção permitiu melhor compreender os mecanismos que condicionam e influenciam o desenvolvimento rural local.

A implantação desse tipo de inovação econômica e organizacional representa um custo. Considerando a situação econômica dos produtores familiares, esse custo deve ser em parte subsidiado, para assegurar as despesas de gestão do sistema de crédito e o suporte técnico necessário. Um sistema de seguro das operações de risco, ou outros mecanismos de compensação, seria necessário para fazer face aos custos do financiamento e não ao reembolso do empréstimo.

A experiência do sistema de crédito de Massaroca evidencia a importância da análise e do estudo de factibilidade dos projetos a serem financiados. A seleção dos pedidos de empréstimos permite limitar os fracassos e reduzir os riscos ligados às catástrofes naturais, climáticas e biológicas. Porém, jamais exclui os riscos ligados às incertezas de ordem econômica, principalmente aqueles que são ligados aos preços e aos mercados. As múltiplas possibilidades de

financiamento e as dificuldades de monitoramento fazem com que os produtores remanejem os recursos e os desviem da atividade inicialmente prevista. Os produtores podem também não respeitar as condições dos projetos de crédito e simplesmente utilizar os seus próprios recursos disponíveis (insumos, meios de produção, mão-de-obra) para empregar os fundos em outros fins.

O poder de decisão da direção do CAAM leva, às vezes, a favorecer ou a penalizar alguns produtores. Não se trata realmente de um desvio de tipo clientelista, já que não existem questões eleitorais em jogo nas comunidades. É muito mais a influência das relações familiares e de proximidade, em particular aquelas ligadas às faixas etárias.³⁰ Essas práticas são menos freqüentes desde a criação da comissão de crédito e pelas exigências do acompanhamento institucional.

O dispositivo de acompanhamento-avaliação dos financiamentos locais permitiu discutir, testar e avaliar diversas experiências de inovação produtora, comercial e organizacional, individual ou coletiva. Esse dispositivo tornou-se também um dos suportes institucionais do desenvolvimento de dinâmicas comunitárias. Os agricultores organizam-se, a princípio, para ter acesso a inovações, por meio dos financiamentos; depois, para reproduzir os ciclos de financiamento e ampliá-los. Com os fundos sendo limitados e as operações implicando risco, o rigor tornou-se necessário, tanto para elaborar e executar os projetos como para o pagamento dos empréstimos. Diversas formas de distribuição e de reembolso dos créditos, de pressão e de sanções foram testadas. Essa aprendizagem coletiva levou à experimentação de novas regras comuns (Ostrom, 1992; Favereau, 1994) e mesmo a novas estruturas institucionais dentro do CAAM, como a comissão de crédito ou a comissão de equipamentos comunitários. A aprendizagem coletiva, no sentido de experiência adquirida coletivamente, dado por Midler, (1994) é confirmada pela evolução das relações individuais e coletivas dos produtores com as instituições bancárias, o mercado e os serviços técnicos de pesquisa e difusão. Preocupado com o retorno econômico das atividades financiadas, o CAAM começou a negociar

³⁰ Por exemplo, um presidente do Comitê opunha-se regularmente à concessão de empréstimos a seu jovem irmão, pois acreditava que ele era mau gestor, sendo, pois, incapaz de efetuar o reembolso.

coletivamente com alguns comerciantes locais. Ele pediu aos pesquisadores da Embrapa, depois à Escola Rural de Massaroca, contribuição para o debate com estudos do mercado local sobre ovinos, caprinos, carne bovina e melancia (Bertin, 1995). Os pedidos de experimentação em meio camponês feitos à Embrapa (testes de ajuste) se concentraram nas culturas forrageiras, no feno e no manejo da Caatinga; os agricultores oferecendo-se, pela primeira vez, para co-financiar essas experiências.

A experiência mostra então como o financiamento informal de atividades diversificadas pode constituir um instrumento de orientação da estratégia de desenvolvimento local, que valoriza as dinâmicas e os potenciais produtivos localizados. Tal iniciativa de financiamento pode assegurar a promoção da agricultura familiar, na medida em que ela for associada a um conjunto de medidas de política agrícola (preço dos produtos, pesquisa, assistência técnica e difusão, infra-estruturas) e a um suporte econômico e social em escala local. É nessas condições que os sistemas de financiamento mutualistas, cooperativos ou associativos podem verdadeiramente assumir seu papel complementar em relação às políticas nacionais ou regionais de desenvolvimento rural. É, aliás, essa dinâmica que podemos verificar hoje, não somente no Sul do Brasil, com as cooperativas de créditos, mas também no Nordeste, com os fundos de aval municipal (em Poço Verde, SE) e com as primeiras cooperativas de crédito em meio rural (Valença e Pintadas, BA).

Uma série de medidas complementares ligadas às políticas agrícolas permitiria incentivar algumas atividades consideradas como prioritárias para o desenvolvimento da região ou para as categorias de produtores menos privilegiados. No caso de Massaroca, essas medidas poderiam ir da concessão de ajudas ou de financiamentos especiais para investimentos essenciais à instalação das unidades produtoras, quando esses investimentos não oferecem retorno financeiro a curto prazo, como a colocação de cercas e a implantação de pastagens ou de culturas forrageiras. Ajudas aos investimentos de interesse coletivo poderiam também ser visualizadas: infra-estruturas hidráulicas nas zonas de pastagens coletivas, abatedouros ou fabriquetas de defumação de carnes.

As experiências de sistemas cooperativos de financiamento rural são geralmente realizadas em escala local, o que levanta o

problema dos custos de gestão de sistemas que se baseiam em um número limitado de operações de volumes financeiros relativamente reduzidos. Em contrapartida, é interessante examinar em que medida essas experiências podem contribuir para a reflexão sobre a evolução do crédito rural institucional e constituir a base de experiências a serem realizadas em escala regional. O sucesso das operações financiadas depende do esforço de identificação das atividades econômicas, inclusive extra-agrícolas, como a transformação, comercialização e prestação de serviços. O suporte pedagógico e metodológico dos produtores pela capacitação é essencial, a fim de lhes permitir melhor administrar os investimentos. O apoio à organização coletiva é também essencial para garantir a reprodução e a perenidade do sistema de financiamento.

Produção de conhecimento pela ação

O enfoque adotado em Massaroca levou a formular, experimentar em condições reais e validar um conjunto de métodos e instrumentos de suporte ao desenvolvimento rural. Esse conjunto traduz a vontade deliberada e explícita dos pesquisadores de se colocarem a serviço do desenvolvimento. Os métodos experimentados são inicialmente destinados a facilitar a tomada de decisão dos atores, isto é, a lhes permitir construir novas representações das situações complexas com as quais eles se vêem confrontados, de modo a (melhor) conceber e avaliar as ações que eles são suscetíveis de colocar em prática. Referimo-nos aqui ao enfoque de pesquisa-ação tal como o caracteriza Vallerand (1993), que valoriza a ação como meio privilegiado para compreender os sistemas sociais e implica os pesquisadores nos processos de transformação.

Procurando analisar situações complexas e trazer para o campo social das soluções aos problemas encontrados, o enfoque é sistemático e participativo. Como destaca Liu (1997), ele recorre a conceitos, métodos e instrumentos provenientes de diferentes campos disciplinares da pesquisa fundamental, mas antes de tudo supõe respeitar a autonomia e a anterioridade dos atores, discutir com eles os objetivos e os métodos utilizados e obter o acordo destes. Finalmente, ele deve levar à elaboração de conhecimentos precisos e validados.

No caso do crédito associativo, diversas etapas foram necessárias para validar essa experiência na escala da pequena região de Massaroca. A evolução do sistema, tornada possível pelo dispositivo de acompanhamento implantado, pode ser considerada como o resultado de um processo de avaliação em andamento e, portanto, como o produto de uma pesquisa construída na ação e pela ação (Albaladejo & Casabianca, 1997). As condições e os meios dos ajustes efetuados ao longo dos 3 anos de monitoramento assíduo nem sempre foram anunciados ou inscritos no projeto inicial. Eles tiveram então que ser negociados, a cada etapa, entre os pesquisadores, técnicos, produtores e suas organizações.

Pudemos estabelecer uma relação entre a dinâmica dos sistemas de produção e aquela das estratégias e das operações de financiamento. Ela é ilustrada pelas diversas adaptações e reorientações efetuadas diante das especificidades e necessidades de cada um. A dinâmica social, técnica e econômica induzida pelo sistema de crédito oferece um suporte privilegiado para caracterizar os processos decisórios dos produtores familiares. Por exemplo, podemos confirmar as dinâmicas de ocupação e de organização do espaço, determinantes para a evolução das unidades de produção. Em outros termos, perguntamo-nos: que fazem os agricultores com seus recursos financeiros? Como e com qual objetivo eles são investidos e em quais atividades? Como os financiamentos externos vêm modificar a gestão das unidades? A partir da caracterização das práticas financeiras e de seus resultados, podemos avaliar a adequação do sistema de financiamento aos objetivos e às necessidades prioritárias dos produtores.

Em um contexto marcado por riscos de ordem climática e econômica, o sistema de financiamento deve, para ser acessível a um grande número de produtores familiares, satisfazer os objetivos de segurança das unidades de produção. Convém considerar a diversidade das situações e a complexidade das estratégias dos agricultores e oferecer modalidades de financiamento flexíveis e adaptadas a diferentes tipos de produtores. O modelo bancário, que propõe uma única modalidade para o conjunto dos produtores do País, só atende, de fato, às necessidades de uma categoria: as empresas agropecuárias especializadas e os latifúndios, capazes de oferecer garantias. A experiência de Massaroca constitui uma

inovação na medida em que ela rompe com essa lógica dominante, geralmente inadequada à agricultura familiar.

Conclusão

Os recentes debates políticos e científicos atestam a atualidade e a pertinência de um sistema de crédito administrado em escala local e adequado à agricultura familiar. Cada vez mais, no Brasil, o reforço da capacidade de decisão e a verdadeira participação dos atores locais estão associados à criação de instrumentos de informação e de regras de ação coletiva. Essa participação da população local é a chave do debate sobre as políticas públicas.

A importância das atividades não agrícolas na sociedade rural brasileira mostra que a produção familiar não pode ser limitada às atividades agropecuárias. A pluriatividade representa uma estratégia essencial à manutenção de agriculturas familiares multifuncionais, sustentáveis e integradas às dinâmicas socioeconômicas regionais.

As iniciativas locais de financiamento das atividades produtoras podem, por um lado, contribuir para melhorar o crédito agrícola bancário; por outro, inspirar a concepção de políticas de criação de rendas rurais, inclusive a partir de atividades não agrícolas. A originalidade da experiência de Massaroca é ter testado um quadro organizacional evolutivo e os instrumentos para seu acompanhamento. O enfoque de pesquisa-ação foi propício à adaptação e ao ajuste de novas regras coletivas, visando reforçar a participação dos agricultores nas decisões locais. Permitiu também avaliar, em tempo hábil, os efeitos do sistema de financiamento sobre sistemas de produção diversificados, de maneira a poder corrigir as modalidades ou redefinir as atividades financiadas. A experiência confirma, se ainda fosse necessário, a capacidade dos agricultores familiares de inovar e de implementar novos projetos e novas técnicas para melhor atender a seus objetivos de segurança doméstica e de produção.